Ofícios em peregrinação

Viviane Azevedo de Jesuz[1]

Ao longo da Idade Média, desenvolveu-se de forma intensa a prática do deslocamento de pessoas a locais considerados sagrados, de modo que no século XIV esta já se encontrava plenamente difundida. Em nosso estudo, discutimos a participação dos citadinos neste movimento de peregrinação, adotando como fonte de análise o conjunto de contos reunidos na narrativa inglesa *The Canterbury Tales*, escrita por Geoffrey Chaucer em fins do século XIV. Partimos, assim, da premissa de que, em uma peregrinação cujos membros pertencem essencialmente ao ambiente urbano, sua identidade constituir-se-ia primordialmente a partir da representação de seus ofícios.

Ao pensarmos as peregrinações, é possível identificar quatro características centrais: a viagem física em si, o contato com uma realidade sagrada ao fim da caminhada, a celebração das provações do caminho percorrido e a recompensa por seu esforço na forma de benefícios, espirituais ou físicos. Além disso, podemos levantar três motivações principais que impulsionavam os homens a lançarem-se às peregrinações: a penitência, imposta até mesmo pelo confessor, a busca de uma graça ou cura e a procura de relíquias, que também teria colocado reis e nobres a caminho dos lugares santos.[2]

A peregrinação conduzia as pessoas por lugares novos, nos quais eram desconhecidas e, portanto, não tinham laços. Eram estrangeiros porque se afastavam de seu lugar de origem. Este era um aspecto central, pois, sendo os laços de parentesco e de vizinhança um aspecto intrínseco à mentalidade medieval, tornava-se essencial permanecer em um lugar fixo no seio de uma comunidade. Numa tentativa de manter esses laços, a peregrinação era comumente uma opção coletiva. Muitos desses viajantes procuravam organizar-se em grupos cujos membros mantinham relações sociais, fossem parentes, amigos ou membros de corporações e

confrarias. No entanto, tais empreitadas não conseguiam esconder o "caráter marginalizante" e desenraizador de viagens tão longas que os afastavam da sociedade em que viviam.[3]

Apesar dos diversos percalços da jornada, não se deixava de notar o peregrino como o reflexo de uma característica básica do cristão, já anunciada nos textos sagrados. O cristão não pertence a este mundo, só se encontra neste de passagem, portanto, é um peregrino que tem como meta última alcançar a Jerusalém celeste. Como aponta Sot, o próprio termo peregrino sofreria uma alteração de sentido, abandonando a forte conotação de expatriado para referir-se ao "viajante religioso".[4] Entretanto, apesar dessa mudança, as viagens de peregrinação não deixaram de marcar o afastamento social e o desenraizamento ao qual o peregrino era levado. Este, então, continuou a ser, por todos os novos lugares por onde passava, o estrangeiro.

Essas limitações existentes, no entanto, não impossibilitaram o desenvolvimento de tal prática no Ocidente Medieval, o que não foi diferente na Inglaterra. Se considerarmos que tais expedições por terras distantes, que despendiam inúmeros recursos, eram alvo de tamanha mobilização, podemos pensar a difusão de tal prática em direção aos centros de peregrinação dentro do próprio território insular, sendo este tipo de deslocamento acessível a um número maior de pessoas. Tal noção ganha ainda mais força quando levamos em conta o período de turbulências em que a Inglaterra se encontrava no século XIV, com a Peste Negra, que assolava a Cristandade, e o prolongamento da Guerra do Cem Anos, que gerou problemas econômicos, tanto pela dificuldade de manter as relações comerciais com algumas áreas do Continente, quanto pelas pesadas taxas que recaíam sobre a população a fim de manter a guerra. Portanto, pode-se supor que as peregrinações encontrassem em tal conjuntura um destaque por possibilitarem um acesso aos benefícios divinos.

Não se pode deixar de pensar também nas configurações do mundo urbano inglês. Não é difícil perceber porque em Londres encontravam-se os resultados dos principais conflitos envolvendo o território insular, uma vez que esta era sua principal cidade. Londres, embora pequena, era uma movimentada área comercial. Contava ainda com a extensão de seus subúrbios, como Southwark, conhecido por ser um ponto de encontro de viajantes e por abrigar certas atividades licenciosas, e Westminster, ocupado por instituições eclesiásticas e reais. Além disso, não se pode esquecer a proximidade com o campo, percebida com clareza no abastecimento de gêneros da cidade.

Na Londres medieval, era possível encontrar uma profusão de mercados nas ruas,

desde mercados de carnes até o comércio de produtos como leite, mel e pão. No entanto, Londres não era apenas um grande mercado, a cidade era a mais populosa e abastada da Inglaterra, além de ser seu centro administrativo. Embora fosse menor que outras cidades européias, era uma grande cidade aos olhos de qualquer inglês.

Neste contexto das peregrinações e das cidades inglesas, remetemos ao texto que adotamos como instrumento de análise, *The Canterbury Tales*. Nesta narrativa, Chaucer coloca em peregrinação uma comitiva de citadinos, em sua maioria de Londres. Trata-se de um conjunto de vinte e quatro histórias em versos, nas quais os peregrinos narram momentos da vida de diversos personagens, enquanto também são personagens de uma outra história, mais ampla, a da peregrinação. Tal narrativa chama-nos a atenção pelo fato de observarmos que a construção de uma identidade urbana desenvolve-se em um contexto, *a priori*, contrário ao seu estabelecimento. Embora estejam em uma situação de desenraizamento, percebemos a construção de um pertencimento à cidade, sendo este o ambiente do qual partem, a partir da reiteração de identidades que se apresentam legitimamente urbanas.

A narrativa tem início no Tabarn Inn, em Southwark, uma hospedaria na qual Chaucer já se preparava para sair em peregrinação quando vê a chegada de uma grande comitiva com o mesmo objetivo e resolve juntar-se a eles. Lá, depois de terem todos se alimentado, ouvem a proposta de distração do Albergueiro, todos deveriam contar histórias a fim de passar o tempo. O Albergueiro, por sua vez, também parte para a viagem a fim de julgar as histórias contadas, uma vez que aquele que contar a melhor delas receberá como prêmio uma ceia repleta. Entre os membros da comitiva encontramos membros da cavalaria e alguns religiosos, como uma Prioresa, um Frade mendicante e um Vendedor de Indulgências. Havia ainda homens de ofício, como um Mercador, um Magistrado, um Homem do Mar, um Médico, um Moleiro, um Provedor e um Feitor. Além disso, aparecem os membros de uma grande e importante confraria, um Armarinheiro, um Carpinteiro, um Tecelão, um Tintureiro e um Tapeceiro, acompanhados por seu Cozinheiro.

É possível apontar alguns traços que distinguem tal comitiva daquelas que comumente realizavam peregrinações. O primeiro deles deve-se à própria proposta de percurso da viagem, pois não passam seu tempo através de orações piedosas e participação nos ritos religiosos, como se esperaria de cristãos peregrinos. Esses peregrinos enfrentam o longo caminho distraindo-se com contos dos mais diversos estilos, desde contos de elevação moral e espiritual até contos com uma linguagem mais vulgar. Além disso, ao invés de se redimirem

através das dificuldades da caminhada, que podia durar semanas ou meses, todos seguem a cavalo, elemento que também corresponde à posição social de cada um destes peregrinos.

Esses peregrinos ganham autonomia como narradores, deixando transparecer sua personalidade, ou melhor, como se vêem, assim como a percepção que têm sobre os demais membros da comitiva. Destaca-se ainda a identificação desses peregrinos na narrativa, pois, embora tenham nomes próprios, durante toda a narrativa são apresentados e, na maioria das vezes, identificados através dos ofícios que os ligam à cidade, sejam estes artesanais, comerciais ou religiosos. Do mesmo modo é através de seus ofícios que interagem e confrontam-se ao longo da viagem.

Tal perspectiva remete-nos, então, a um aspecto fundamental das cidades do baixo medievo: a presença de ofícios especializados. Ao longo do período medieval, as profissões foram vistas de formas bastante distintas. Primeiramente, havia a oposição entre os que precisavam trabalhar e aqueles que pertenciam à nobreza, além da diferença entre aqueles que praticavam atividades tradicionalmente ligadas aos antepassados e os que exerciam atividades mundanas. Essas noções criavam graus de hierarquização entre as atividades exercidas, rejeitando algumas delas, as profissões ilícitas.[5]

Posteriormente, as proibições encontraram-se ligadas aos tabus que envolviam os ofícios, sendo os principais deles, o sangue, a impureza e o dinheiro, aos quais se associava açougueiros, médicos, tintureiros, cozinheiros e todos aqueles que trabalhavam com a economia monetária, como mercadores, banqueiros, assalariados e prostitutas. Além destas proibições, grande força tinham também aquelas oriundas das reprovações da Igreja, por romperem com os princípios cristãos. Entre os ofícios condenados, estavam os militares, que matavam pela espada, os taberneiros, estalajadeiros e saltimbancos, que incitavam à luxúria, os mercadores e homens da lei, que praticavam a avareza, e até os mendigos, que se deixavam corromper pela preguiça. Ainda não adepta do valor abstrato, essa sociedade condenava todas as profissões que não criavam.[6]

Segundo Le Goff, com o desenvolvimento das cidades e do trabalho, surgem novas categorias profissionais e cria-se novas atitudes para com as profissões. A partir de então, não são mais, na maior parte dos casos, as atividades em si que se condena, mas as intenções que as envolvem, dando lugar à justificação pela boa intenção. Tornam-se cada vez mais comuns as justificativas para o exercício de certas atividades: a necessidade, pois é preciso sustentar a si e à família; o trabalho como mérito, no caso dos intelectuais; e a preocupação com o bem

comum, como ocorre com os mercadores, que fornecem produtos necessários à subsistência.

As atitudes para com as atividades profissionais desenvolveram-se, assim, até o reconhecimento do papel vital dos ofícios para o pleno funcionamento da sociedade urbana. É neste contexto que encontramos os peregrinos de Chaucer. Suas narrativas permitem entrever o papel dos ofícios na cidade, de onde estão ausentes, mas da qual ainda são membros, assim como as formas pelas quais se vêem e são vistos.

O primeiro ofício pelo qual optamos tratar é o do mercador, uma vez que é um dos mais bem retratados na narrativa. É interessante notar que os mercadores apresentados são sempre referidos como dignos comerciantes, hábeis para lidar com o dinheiro, indicando o valor conferido a quem sabia obter rendimentos com o trabalho monetário. A descrição física destes, por sua vez, já mostra a posição em que se encontram, pois usam roupas de várias cores, chapéu flamengo de pele de castor, além de botas com fivelas finas e elegantes.

No entanto, também não se deixa de mencionar as críticas a sua atividade. Se ganhavam com o comércio de produtos de curto e longo alcance, também lucravam por meio do câmbio ilegal e dos empréstimos, estes últimos extremamente condenados pela Igreja, uma vez que negavam o princípio da caridade e negociavam o tempo, que só pertencia a Deus. Uma forte razão de reprovação ante a figura do mercador era ainda o apego aos bens terrenos e ao dinheiro, motivo pelo qual nunca deixava seus livros de cálculo e seus sacos de moeda. Tal hábito é criticado pela própria esposa de um dos mercadores: "Pelos Céus, você já tem bens de Deus em quantidade suficiente; saia daí, e deixe os sacos de dinheiro em paz." [7]

Outro ponto a ser destacado são as menções à própria atividade comercial, que implicava um longo deslocamento espacial, como o do mercador Saint Dénis que "resolveu aprontar sua bagagem a fim de viajar para a cidade de Bruges, onde pretendia comprar algumas mercadorias".[8] No entanto, podemos pensar que, embora a movimentação desses homens seja constante, eles não se caracterizam como desenraizados, uma vez que sua atividade está pautada em um movimento de retorno para o lugar de onde partem e com o qual se identificam, até mesmo em oposição a mercadores de outras localidades que se reúnem em entrepostos comerciais, mercados regionais e feiras.

Devemos salientar ainda que não se desconsidera ao longo da narrativa os riscos que o ofício do mercador envolve, o que por vezes justifica o apego ao que já conseguiram. Além de depender de sua astúcia e seu tino comercial, o mercador depende das condições de viagem, que podem causar a perda do seu carregamento, assim como das variações do preço das

mercadorias que trazem: “Por isso é que preciso estar bem preparado para enfrentar as armadilhas deste nosso mundo; no comércio, os maiores perigos são os azares e os golpes inesperados da Fortuna”.[9] Além destes imprevistos, os mercadores devem estar preparados, sobretudo, para os perigos representados por outros homens, sendo um deles a pirataria e outro os demais homens que trabalham nos navios. Exemplo disso é o Homem do Mar, em cuja descrição se dá a conhecer que roubava vinho enquanto os mercadores dormiam.

É possível destacar ainda mais figuras nesta análise. Outros membros da comitiva também veriam seus ofícios ligados às trocas comerciais, não se reduzindo àquelas de rendimentos monetários. Entre estes encontramos o Feitor e o Moleiro. Eles protagonizam um dos principais confrontos da narrativa, contando cada um deles uma história envolvendo o ofício do outro. Contudo, cabe primeiramente observar cada figura.

Comecemos pelo Moleiro, do qual temos dois representantes: aquele da comitiva e outro do Conto do Feitor, cujas descrições se assemelham. O Moleiro é uma figura enorme, “entroncado e taludo, um colosso de encrenqueiro” [10], cujo aspecto amedronta, possuindo barba ruiva, uma berruga com tufo de cabelos no nariz, narinas negras e boca grande. Além disso, era “tagarela e boca-suja”, o que fica claro pela história que conta. De modo semelhante, Simkin-o-Brigão, cujo moinho localizava-se em Trumpington, próximo a Cambridge, “era um valentão de feira” [11], perigoso, a quem ninguém ousava enfrentar.

Ambos são ainda apresentados como desonestos. Enquanto um “era também um sorrateiro ladrão de trigo e farinha, useiro e vezeiro em lesar os seus fregueses”, o outro tirava “para si três vezes mais farinha do que permitia a lei”, uma vez que o pagamento por seu trabalho era retirado como uma parcela do produto. Deste modo, embora o moinho constituísse um dos pontos centrais das cidades, e fosse um dos seus pontos de sociabilidade, é possível perceber pelas descrições que os moleiros não gozavam de tão boa reputação, sendo temidos, mas não respeitados.

Da mesma forma, o Moleiro associa as características do Feitor da comitiva, que já fora carpinteiro, àquele de seu conto. O próprio Feitor, no Prólogo ao seu conto, descreve-se como um velho de cabelos brancos, cuja “potência” já chegou ao fim; como o Moleiro, sabe-se que sua linguagem é obscena. Assemelha-se a ele, o carpinteiro John do Conto do Moleiro, descrito como tolo e ingênuo, que, sendo velho, temia que sua jovem esposa o enganasse, como realmente acontece.

O conflito entre o Moleiro e o Feitor deve ser entendido no contexto dos ofícios

urbanos. Sendo o feitor um oficial administrativo sob o comando de um rei ou outro nobre, sua atividade consiste em fiscalizar as atividades realizadas nas áreas destes, o que contrastava como a reputação desonesta dos moleiros. Se um moleiro pretendia tirar mais do que o permitido como pagamento, não desejaria ter um oficial fiscalizando sua atividade. Ou ainda, conhecendo os feitores a fama dirigida aos moleiros, provavelmente exerceriam uma fiscalização mais próxima a estes. Esses motivos não seriam poucos para que se criasse uma rivalidade como a apresentada na narrativa.

Também os homens da lei têm seu representante em meio aos peregrinos e seus contos, o Magistrado. O Magistrado peregrino, conhecedor da escrita de Chaucer, aparece como um homem sábio, erudito, sensato e digno de respeito, além de ser muito eficiente em seu ofício, como mostra sua fala ao Albergueiro: "Afinal, pelo direito, quem dita leis aos outros deve igualmente submeter-se a elas". [12] Por isso, exercera diversos cargos de juiz itinerante sob a égide do Rei.

De modo oposto, o magistrado presente no Conto do Médico era um sujeito ardiloso e corrupto, "cuja lascívia era pública e notória" [13]. Recebe a pior das acusações neste que é um mundo basicamente cristão: "o demônio se alojou em seu peito"[14]. Tal percepção negativa parece prevalecer sobre a do primeiro magistrado, uma vez que é o próprio Albergueiro, responsável pela articulação das narrativas que diz: "Que falso velhaco e que magistrado falso! Que esses juízes, com seus advogados, tenham todos a morte mais vergonhosa que a mente humana pode imaginar!"[15]

Não se pode deixar ainda de associar o Magistrado a um movimento crescente nessa sociedade medieval. No Prólogo, indica-se que não havia comprador de terras como o Magistrado, permitindo que o associemos a um aspecto fundamental da oligarquia urbana, a adoção de hábitos aristocráticos, como o mecenato e a posse de terras, em busca do enobrecimento. Nesse contexto, testemunha-se cada vez mais viva a influência dos citadinos nos negócios rurais. A proximidade de centros urbanos continuou como um impulso à economia dos campos, uma vez que, além das associações com camponeses, muitos homens da cidade investiram na compra de terras, em especial, naquelas em que se produziam alimentos mais fáceis de vender, nas vinhas e nos prados de atividade pastoril.

Na narrativa de *The Canterbury Tales*, os peregrinos colocam-se a caminho a fim de se dar a ver; dar a ver não apenas a si próprios, mas a sociedade em que se inserem. É através de sua identidade social que tais peregrinos constroem uma unidade espacial e temporal,

diretamente ligada à cidade. Esta identificação, por sua vez, torna-se possível devido à representação dos ofícios que se colocam em peregrinação, ofícios centrais na caracterização da cidade medieval. Assim, observamos que é a própria cidade que peregrina.

Referências bibliográficas

CHAUCER, Geoffrey. *Os Contos de Cantuária*. Trad. Paulo VIZIOLL. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

GEREMEK, Bronislaw. "O marginal". In: Jacques LE GOFF. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques. "Profissões Lícitas e Profissões Ilícitas no Ocidente Medieval" In: *Para um Novo Conceito de Idade Média:* Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SOT, Michel. "Peregrinação". In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Profª Drª Vânia Leite Fróes, e pesquisadora filiada ao *Scriptorium - Laboratório de Estudos Ibéricos e Medievais*.

[2] SOT, Michel "Peregrinação". In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, Vol. 2, p. 353.

[3] GEREMEK, Bronislaw. "O marginal". In: Jacques LE GOFF. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 233-234.

[4] SOT, Michel. "Peregrinação", *op. cit.*, p. 354-355.

[5] LE GOFF, Jacques. "Profissões Lícitas e Profissões Ilícitas no Ocidente Medieval" In: *Para um Novo Conceito de Idade Média*: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

[6] LE GOFF, Jacques. "Profissões Lícitas...", *op. cit.*, p. 90.

[7] CHAUCER, Geoffrey. *Os Contos de Cantuária*. Trad. Paulo VIZIOLL. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988, p. 92.

[8] GEOFFREY CHAUCER. *Os Contos de Cantuária*, *op. cit.*, p. 89.

[9] GEOFFREY CHAUCER. *Os Contos de Cantuária*, *op. cit.*, p. 92.

[10] GEOFFREY CHAUCER. *Os Contos de Cantuária*, *op. cit.*, p. 11.

[11] GEOFFREY CHAUCER. *Os Contos de Cantuária*, *op. cit.*, p. 61.

[12] GEOFFREY CHAUCER. *Os Contos de Cantuária*, *op. cit.*, p. 70.

[13] GEOFFREY CHAUCER. *Os Contos de Cantuária*, *op. cit.*, p. 239.

[14] GEOFFREY CHAUCER. *Os Contos de Cantuária*, *op. cit.*, p. 237.

[15] GEOFFREY CHAUCER. *Os Contos de Cantuária*, *op. cit.*, p. 240.